



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, sobre o Balanço da Implementação das Medidas Decretadas no Contexto da Declaração da Situação de Calamidade Pública, no âmbito da Pandemia do Corona Vírus - COVID -19.**

**Maputo, 4 de Fevereiro de 2021**

**Moçambicanas e Moçambicanos;**

**Compatriotas!**

Terminam hoje, dia 4 de Fevereiro, os 22 dias desde que fizemos a nossa última comunicação à Nação, no âmbito da resposta à pandemia da COVID-19.

Como é do conhecimento de todo o Povo Moçambicano, desde a sua eclosão no mundo até ao primeiro caso registado no nosso país, a 22 de Março de 2020, temos estado sempre a prestar informações sobre a evolução da COVID-19 em Moçambique.

Assim, fomos sempre anunciando estratégias e medidas apropriadas, sempre alicerçados em dois pressupostos:

- i. Nas reflexões da Comissão Técnico-Científica, que nos aconselha com base em evidências científicas e em informação internacionalmente actualizada, por um lado, e
- ii. No binómio saúde *versus* economia, por outro lado.

Nos primeiros meses da pandemia no nosso país, houve um aumento lento da transmissão do novo coronavírus.

No final de Setembro e início de Outubro de 2020, vivemos o pico da primeira vaga deste mal. Como resultado do nosso bom comportamento colectivo fomos capazes de travar a transmissão. E vivemos uma situação de estabilidade entre meados de Outubro e meados de Dezembro de 2020.

Entretanto, a partir da segunda metade de Dezembro, o número de casos, internamentos e óbitos registou uma nova subida, que se acentuou a partir da primeira semana de Janeiro de 2021.

Face a este agravamento da pandemia, decretamos no passado dia 13 de Janeiro várias medidas restritivas que foram implementadas durante os últimos 21 dias. Dissemos na

altura que, após este período, com base na situação epidemiológica e no impacto das medidas decretadas, iríamos avaliar o grau de cumprimento destas, ponderando a sua renovação, suspensão ou agravamento.

### **Moçambicanas e Moçambicanos;**

O mês de Janeiro de 2021 foi caracterizado por uma contínua intensificação da transmissão do novo coronavírus, tendo sido registados **vinte mil e doze** casos, contra a média mensal de todo o período, isto é, de Março de 2020 a Dezembro de 2020, que foi de 1.864 casos.

No mês de janeiro, registámos oitocentos e oitenta e sete internamentos, contra a média de Oitenta por mês e em termos de mortes por COVID-19, atingimos duzentas, superando a cifra média de 17 óbitos por mês, durante todo o ano de 2020.

Os dados acumulados até hoje, indicam 42.488 casos notificados, 25.673 recuperados e 427 óbitos. É muita gente, são muitos moçambicanos. Hoje tivemos 1,055 casos positivos e 12 óbitos. Os 188 recuperados são apenas 18% contaminados durante o mesmo dia.

Este aumento vertiginoso de casos indica que o nosso país enfrenta, actualmente, uma segunda vaga da pandemia.

As análises genéticas indicam que uma variante do vírus, identificada na África do Sul, a mais contagiosa, está presente em Moçambique desde Novembro de 2020.

O número de infecções, resultante da segunda vaga, está a preocupar o Sistema Nacional de Saúde, em termos de capacidade de leitos hospitalares para atender os doentes infectados pela COVID-19 e outras doenças, com grave impacto na situação socio-económica do país.

A maioria dos casos, internamentos e mortes por COVID-19 estão concentrados na chamada zona metropolitana do Grande Maputo que cobre as Cidades de Maputo e Matola, Município de Boane e Marracuene.

Nesta área geográfica estamos a atingir o limite máximo da capacidade de acompanhamento de contactos e de internamento dos doentes que padecem desta doença.

Pois vejamos:

A Cidade e a Província de Maputo registaram em 2020, 12.852 casos (69% do total nacional), 707 internamentos (84% do total nacional) e 139 óbitos (88% do total nacional).

Em Janeiro de 2021, a Cidade e a Província de Maputo registaram 11.685 casos (58% do total nacional), 809 internamentos (91% do total nacional) e 176 óbitos (88% do total nacional).

Contudo, embora a Cidade e a Província de Maputo continuem a ser o epicentro da pandemia em Moçambique, os dados acima indicam a aceleração da transmissão do novo coronavírus em outras partes do País.

Temos, igualmente, verificado que o número de casos, internamentos e mortes por COVID-19 tende a aumentar em várias províncias do País. Temos de evitar, a todo o custo, que a situação epidemiológica nas outras províncias continue a deteriorar-se.

As tendências que acabámos de descrever são muito preocupantes. Temos que travar este padrão de contaminação. Temos que reforçar com urgência as medidas de contenção da pandemia a nível nacional, com especial ênfase nas zonas onde a doença se apresenta com maior gravidade.

**Compatriotas!**

No âmbito do cumprimento do Decreto nº 01/2021, de 13 de Janeiro, que revê as medidas de contenção e propagação da pandemia da COVID-19, decorrem em todo o país, acções de fiscalização, visando a garantia do cumprimento das medidas de prevenção da pandemia da COVID-19. Foram fiscalizados até ao dia 31 de Janeiro de 2021 um total de cinco mil, duzentos e quarenta e três unidades económicas formais e informais.

Os resultados desta fiscalização revelam, infelizmente, um incumprimento quase generalizado das medidas que foram decretadas. Os números são elucidativos desse desleixo: foram encerradas de imediato 5 discotecas e 12 salas de jogos e casinos, 8 ginásios clandestinamente abertos, quatrocentos e trinta e um bares por venda de bebidas alcoólicas. Foram encerradas duas mil, oitocentas e cinco barracas, incluindo quiosques móveis e fixos por venda de bebidas alcoólicas. Estas foram apenas uma amostra dentre várias outras irregularidades.

Uma situação adversa, mas merecedora de toda a nossa atenção é a situação vivida no sector da educação.

Desde a retoma das aulas presenciais, a 1 de Outubro de 2020, não tivemos registo de casos de COVID-19, nas escolas primárias e secundárias, até à interrupção a 19 de Dezembro para a quadra festiva.

Após a retoma das aulas presenciais, no dia 4 de Janeiro de 2021, a nível nacional, isto é, depois das festas, tivemos o registo de um total de sessenta e oito casos positivos em alunos, com um total e cinquenta e oito recuperados e dez em cumprimento do protocolo sanitário de acordo com a situação de cada caso.

Por outro lado, estamos a ter um registo relativamente crescente a nível dos professores e pessoal da área administrativa, actualmente com um total de oitenta e cinco casos positivos e cinquenta e um recuperados, até ao dia 3 de Fevereiro, e os restantes em cumprimento do protocolo sanitário de acordo com a situação de cada caso.

Infelizmente, tivemos o registo de um óbito neste sector, óbito que ocorreu na província de Maputo.

A nível dos alunos, por ordem crescente, os casos obedeceram a seguinte sequência:

Província de Maputo-49, Gaza-6, Zambézia-5, Cidade de Maputo-4, Nampula-2, Cabo Delgado e Manica-1, para cada caso e, sem registo de casos em Niassa, Tete, Sofala e Inhambane.

Enquanto para professores, pessoal de Direcção e técnico, a província de Maputo, manteve-se na dianteira, com 26, seguida da Cidade de Maputo com 22, Gaza-20, Zambézia-11, Niassa-3, Nampula e Sofala com 1 caso cada e Cabo Delgado, Tete, Inhambane sem nenhum caso.

Para os Institutos de Formação de Professores, dados actualizados indicam que, a nível destas instituições, antes das festas não se tinham registado casos de COVID-19. Os casos positivos foram registados após a retoma das aulas presenciais, num total de sessenta e nove casos todos recuperados.

A nível das dezoito Instituições de Ensino Superior que se encontram no activo, registaram-se 104 casos da COVID-19, com um óbito na província de Gaza.

A nível do Ensino Técnico Profissional, registaram-se 15 casos em todo o país, dentre eles, 5 professores e elementos do Sector Administrativo, sem nenhum óbito.

### **Compatriotas!**

O meu apelo é à consciência, à consciência de cada um de nós, à consciência de jovens, adultos, crianças, idosos, mães e pais. Precisamos, primeiro, de cuidar de nós mesmos e dos outros. Sem vida, ninguém pode ir visitar os seus familiares, ir às padarias. Sem vida, ninguém pode frequentar restaurantes nem explorar este negócio, ninguém pode ir aos parques, supermercados, galerias, museus, praias, ginásios, teatros. Sem vida,

ninguém pode praticar nem assistir futebol, nem frequentar os locais de culto ou de lazer.

Hoje, não há ninguém que não tenha um familiar, um amigo, um vizinho, um conhecido ou seu cliente assíduo infectado ou afectado pela COVID-19.

Mais uma vez, quero pedir a todos, jovens, adultos, crianças, idosos, mães e pais, para que juntos trabalhem para conter este mal. Temos igual consciência de que, sem funcionamento da economia, a vida pode ser difícil, é por isso que nas medidas que temos vindo a tomar procuramos sempre o equilíbrio.

**Moçambicanas e Moçambicanos,**

**Compatriotas;**

Com vista a prevenir novas infecções e mitigar o impacto da pandemia no nosso país, a nível do Governo, estão em curso várias acções, como por exemplo:

- Aumento da capacidade de internamento na Cidade de Maputo, com a reabilitação de infraestruturas para a colocação de 320 camas adicionais no Hospital Geral de Mavalane;
- Medidas especiais para profissionais de Saúde, visando garantir a protecção deste grupo designadamente:
  - (i) Reforço da disponibilidade de Equipamento de Protecção Individual para todos os Profissionais de Saúde em função do nível de risco de contaminação e redução de procedimentos médicos com alto risco de transmissão da COVID-19;

- (ii) Implementação de medidas de rastreio diário e apoio psicológico a todos os Profissionais de Saúde, incluindo testagem nas zonas de alta transmissão;
  - (iii) Aplicação de Teletrabalho para profissionais de saúde com elevado risco para formas graves de COVID-19;
  - (iv) Priorização dos Profissionais de Saúde na administração de Vacina.
- Contratação adicional de Recursos Humanos nacionais e estrangeiros para aumentar a capacidade de assistência médica no Serviço Nacional de Saúde;
  - Disponibilização coordenada e atempada de vacinas para os grupos prioritários, tendo concluído os processos conducentes à introdução da vacina para a imunização do nosso Povo, através da iniciativa *Covax*, que irá cobrir 20% da população do país;
  - Adicionalmente, o país está na fase de mobilização de recursos financeiros adicionais e a interagir com outros parceiros bilaterais e multilaterais para adquirir mais doses de vacinas de forma a abarcar a maior parte da população, tendo como ponto de partida, o pessoal de saúde e o pessoal em risco de contágio pela COVID-19;
  - Introdução de testes rápidos de antígeno nas urgências de unidades sanitárias de maior volume de pacientes, para que os doentes possam ter um encaminhamento mais célere;
  - Aperfeiçoamento do serviço de atendimento através do Centro de Chamadas;

A nível de medidas económicas, como é do vosso conhecimento, foram implementadas outras medidas de natureza monetária e fiscal, dimensionadas à capacidade do país, concretamente:

- (i) Concessão de linha de crédito em moeda estrangeira à banca local e recomendação de reestruturação dos créditos dos clientes;



- (ii) Constituição de uma linha de crédito para apoio às MPMEs no valor de 1,6 mil milhões de Meticais, operacionalizado pelo BNI, embora se considere de âmbito reduzido;
- (iii) Suspensão de interpelações, constituições em mora e execuções decorrentes do atraso no cumprimento de obrigações referentes a créditos bancários, desde que este atraso resulte da aplicação das medidas impostas pelo estado de emergência nacional;
- (iv) Facilitação aduaneira e fiscal, incluindo a autorização das saídas antecipadas para a importação de bens relacionados com a prevenção e tratamento da COVID-19, a dispensa de pagamentos por conta e o adiamento do pagamento especial por conta;
- (v) Redução de 50% na tarifa aplicável ao consumo de energia aos consumidores da categoria social e redução de 10% da tarifa de energia eléctrica às PMEs dos sectores industrial, comercial, agrícola, pesqueiro, água, serviços, hotelaria, restauração, educação e instalações desportivas cuja facturação reduziu em 30%, de 1 de Junho a 31 de Dezembro de 2020, a todos os consumidores (empresas e particulares); e
- (vi) Isenção do Iva (17%) ao açúcar, óleos alimentares e sabões, a partir de 26 de Maio até 1 ano, visando mitigar os custos destes bens essenciais.

Temos a certeza de que estas medidas são como uma gota de água no oceano, mas simbolizam a nossa vontade de encarar e gerir a situação de forma proporcional.

### **Moçambicanas e Moçambicanos!**

Perante o cenário muito preocupante que vivemos, é hora de lutarmos pela nossa sobrevivência colectiva. Estejamos todos ao lado da saúde, da protecção dos pais, filhos, irmãos, netos, padrinhos, compadres, irmãos da mesma confissão religiosa, adeptos do mesmo clube. Estamos todos juntos defendendo a nossa vida.

Hoje estamos cientes de que foram as enchentes em praias, encontros sociais, festas e os abraços infindáveis, que fizeram crescer assustadoramente o número de pessoas infectadas e de mortos. Estamos certos de que o transporte de passageiros sem máscaras, sem lavagem das mãos e sem o distanciamento social foi um outro factor que fez espalhar esta doença entre os moçambicanos.

Face à actual situação epidemiológica da COVID-19 e à informação que acabamos de prestar sobre o grau de cumprimento das medidas no contexto da Situação de Calamidade Pública, tendo em conta o aumento de cadeias de transmissão do novo coronavírus, a presença em Moçambique de uma estirpe do vírus mais contagiosa, o crescente número de internamentos hospitalares, ouvida a Comissão Técnico-Científica para a Prevenção e Resposta à Pandemia da COVID-19, decidimos:

Que sejam observadas as seguintes medidas a vigorarem a partir de zero horas do dia 5 de Fevereiro de 2021, portanto, amanhã, em todo o território nacional, por um período de 30 dias, designadamente:

- 1º. Em geral, será mantido o essencial das medidas do Decreto n.º 1/2021, de 13 de Janeiro, que revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, exceptuando as alterações que passamos a sumarizar nesta comunicação e que serão objecto do Decreto n.º 2/2021, de 04 de Fevereiro, a ser imediatamente publicado;
- 2º. Ficam encerrados os locais de culto, conferências, reuniões e celebrações religiosas por um período de 30 dias, em todo o território nacional;
- 3º. São interditos os eventos sociais privados, por um período de 30 dias, em todo o território nacional, sem prejuízo dos actos de registo de casamentos, que poderão continuar a decorrer, com observância rigorosa das medidas de prevenção e combate à pandemia da COVID-19, restringindo-se ao máximo de 20 pessoas e obedecendo ao horário estabelecido;

- 4º. O horário de funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais de grandes superfícies é das 09 horas às 19 horas, de Segunda-feira a Sábado e das 09 horas as 16 horas ao Domingo, sendo que os outros estabelecimentos que não excedem este limite mantêm o horário normal de funcionamento;
- 5º. Os restaurantes devem funcionar até ao horário limite das 20 horas, de Segunda-feira a Domingo;
- 6º. Nos estabelecimentos comerciais e de restauração é obrigatória a definição da capacidade máxima e a sua respectiva afixação em locais bem visíveis da instituição, sendo que, os gestores destes estabelecimentos são responsáveis pelo seu cumprimento;
- 7º. É proibida a venda de bebidas alcoólicas nas barracas, nos termos da legislação específica;
- 8º. Enquanto vigorar a situação de calamidade pública nos eventos do Estado, o número de participantes não deve exceder cinquenta, devendo ser rigorosamente observado o protocolo sanitário, salvo em casos em que a sua ampliação se justificar e que seja do interesse supremo do Estado;
- 9º. Fica adiada a retoma das aulas presenciais em todas as instituições de ensino um período de 30 dias, em todo o território nacional;
- 10º O adiamento da retoma das aulas presenciais não abrange a observância do calendário dos exames em curso;
- 11º. As instituições bancárias devem assegurar que os seus utentes cumpram com as regras de distanciamento exigidas, com as marcações necessárias, higienização permanente dos seus balcões, ATM's, devendo garantir mecanismos de desinfeção automáticos;

- 12°. Introdução imediata de medidas adicionais para impedir aglomerações em todos os locais de atendimento público, conforme já estabelecido nos decretos anteriores;
- 13°. Responsabilizar as chefias e os gestores dos serviços públicos e privados onde se continuam a verificar aglomerações de cidadãos que aguardam atendimento;
- 14°. Na impossibilidade de se garantir o distanciamento interpessoal recomendado, deve adoptar-se o regime de rotatividade das equipas de serviço, devendo ser assegurada a continuação do trabalho em casa;
- 15 °. O uso de viseira não dispensa a obrigatoriedade do uso da máscara;
- 16 °. É interdita a realização de jogos recreativos, de lazer e competições de escalões inferiores e seniores amadores;
- 17°. São suspensos os treinos e competições das equipas que disputam o campeonato moçambicano de futebol, denominado *Moçambola*, a partir do dia 08 de Fevereiro, isto é, depois da 4ª jornada que se realiza no próximo fim de semana;
- 18°. As feiras de insumos agrícolas e produtos agrícolas observam o horário de funcionamento dos mercados, e devem ser observadas as medidas de prevenção e combate à pandemia da COVID-19;
- 19°. Nos estabelecimentos penitenciários, é permitida a visita de um máximo de uma pessoa por mês, por cada recluso.

**Estimada População da zona do Grande Maputo,**

**Compatriotas!**

20º . Tendo em conta a situação epidemiológica da Zona Metropolitana do Grande Maputo, isto é, Cidades de Maputo e Matola, Vila de Marracuene e Município de Boane, é introduzido o sistema de recolher obrigatório na Zona Metropolitana do Grande Maputo, nomeadamente nas cidades de Maputo e da Matola, Boane e Marracuene entre as 21H00 e as 04H00, durante todos os dias da semana, por um período de trinta (30) dias.

Este recolher obrigatório, não deve ser entendido como um confinamento total, também conhecido por *Lock Down*. Esta é uma restrição de movimento que abrange apenas o período da noite.

Este recolher obrigatório não abrange os trabalhadores cuja natureza da sua actividade profissional não permite interrupção, na prossecução do interesse público, as deslocações por motivos inadiáveis para obtenção de cuidados de saúde, outras actividades de natureza análoga ou por motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados e esclarecido.

### **Compatriotas!**

Sabemos que os nossos cidadãos assumem, de forma geral, a sua responsabilidade individual e colectiva. Contudo, o cumprimento destas medidas não está ao critério de cada um. Estas são medidas de cumprimento obrigatório para todos. Não toleraremos situações de afronta que periguem a vida de um único moçambicano.

Por isso, contamos com a colaboração de todos, com a pronta intervenção do pessoal da Saúde, do INAE, da Polícia da República de Moçambique, com o apoio incondicional das Polícias Municipais, de modo a garantir o cumprimento integral e rigoroso do Decreto do Conselho de Ministros que entra em vigor a partir da Meia Noite de amanhã, dia 5 de Fevereiro de 2021.

Se alguns de nós não observarem as medidas divulgadas pelas autoridades sanitárias, o cenário dramático que hoje vivemos poderá agravar-se tornando-se numa catástrofe de grandes dimensões.

Nós, o Governo, continuaremos ao lado da vida. Obedeceremos ao que a ciência recomenda. Não hesitaremos em usar os mecanismos legais para incentivar o cumprimento das medidas que adoptamos com o mais nobre propósito: salvar vidas.

### **Compatriotas!**

Não podemos esquecer que nesta batalha contra a pandemia nós já fomos capazes de vencer. Nós fomos capazes de fazer parar a primeira vaga da COVID em Moçambique. O nosso país já foi um exemplo internacional no combate a esta pandemia. Neste momento, somos um dos países de África onde o crescimento da doença se faz de forma mais acelerada. Mas isso pode e deve ser mudado. Vamos mostrar que somos capazes de vencer esta nova ameaça. Vamos trabalhar juntos, vamos vencer o medo, vamos vencer-nos a nós próprios.

Já antes dissemos: a melhor resposta não está no medo, mas na nossa consciência. A pandemia cria medo e o medo torna-se numa outra pandemia. O medo propaga-se como um vírus. O medo pede culpados. Em lugar de nos juntarmos num só esforço, acabamos divididos, acabamos acusando-nos uns aos outros. Esta não é a hora de nos dividirmos. É a hora de, todos juntos, buscarmos soluções.

Estou certo de que a próxima vez que aqui viermos falar será para vos felicitar por termos ultrapassado ou controlado esta difícil situação que estamos a viver.

Muito obrigado pelo esforço de todos. Muito obrigado pelos sacrifícios consentidos. Em breve, caros compatriotas, vamos regressar a um caminho sem nuvens escuras. Este tempo atribulado será apenas uma lembrança amarga. Será a lembrança de um passado que causou sofrimento, mas que nos fez crescer como pessoas, como povo e como nação.

**Muito Obrigado, estimados Compatriotas, pela atenção e paciência que nos prestaram.**